

• Nacional

SAFETA MERCANTIL

RELAÇÕES EXTERNAS

ANL 95

## Ministro alemão diz que nova Constituição afugentará capitais

por Cláudia Safatte  
de Brasília

O Ministro da Economia da Alemanha Ocidental, Martin Bangemann, em entrevista coletiva ao final da visita de dois dias a Brasília, fez severas críticas ao novo texto constitucional, "que discrimina as empresas estrangeiras no País". Para o ministro, ao contrário, "o Brasil deveria criar as condições para tornar os investimentos estrangeiros atraentes". Ele sustentou que, para isso, seria importante, também, "ter uma política econômica confiável, que apresentasse traços de continuidade, previsível a longo prazo e com estabilidade cambial", e anunciou a disposição das empresas alemãs em fazer "joint-ventures" com empresas estatais deficitárias que vierem a ser privatizadas.

A conversa do ministro com a imprensa, durante o café da manhã no hotel Nacional, durou mais de uma hora, e primeiramente ele fez um relato das conversas que havia mantido com o presidente José Sarney, o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, e com o ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré.

"Se você quer plantar fumo, mas não ara a terra, não semeia e não rega a terra, não se pode surpreender se não houver colheita de fumo", exemplificou o ministro alemão, comparando esse comportamento com o fato de a nova Constituição afugentar o capital estrangeiro, citando, especificamente, o trecho da Carta, aprovado no primeiro turno, que diz que as empresas estatais devem comprar preferencialmente de empresas nacionais.

"Se a Telebrás só puder comprar aparelhos de telecomunicações das empresas nacionais, não é de se surpreender que as empresas alemãs do setor que operam no Brasil venham a sair da produção", sublinhou Bangemann. "Temos

o dever de advertir sobre as conseqüências, como amigos. São reflexões, não em tom de crítica, mas de esclarecimento", acrescentou.

Bangemann disse que esse foi um dos assuntos que discutiu com os interlocutores do governo brasileiro, e "nenhum dos ministros, nem o presidente José Sarney, apresentaram atitude resignada diante desses aspectos; eles concordam quanto aos efeitos deletérios que a nova Constituição pode trazer". Lembrou, no entanto, que o Brasil é um país democrático, "e cada país escolhe a constituição que melhor lhe aprouver". Diante da insistência de perguntas sobre a profundidade dos estragos que a nova Constituição poderia trazer para o País, o ministro da Economia retrucou: "Me surpreende que essas conclusões não sejam tão cristalinas para vocês como são para mim".

"Não se trata de vender cerveja choca, que ninguém quer comprar; ocorre que o mundo todo disputa os capitais disponíveis para investimentos. O capital de risco é vantajoso sob três aspectos: não aumenta a dívida em seu serviço; vem acompanhado de transferência de tecnologia; e o investimento de risco vem seguido de recursos humanos com acesso aos mercados de seus países de origem", disse.

Além disso, como lembrou Bangemann, a renegociação da dívida externa brasileira, que ele elogiou, por enquanto solucionou apenas o problema de "liquidez momentânea" do País, de modo que a economia brasileira possa passar por reformas e melhorar de performance, produzindo bens suficientes para retomar o pagamento da dívida externa.

Retornando a Bonn, o ministro da Economia anunciou que vai providenciar a reabertura dos seguros Hermes (seguros para as exportações alemãs para o País).